

2.ª REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Avaliação Ambiental Estratégica
Relatório Não Técnico

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO
HOSPITAL

agosto de 2021



São Paio de Grammaços

EAE 6

ÍNDICE

O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?	6
O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?	6
QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	7
QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª REVISÃO DO PPZIOH?	11
QUAIS SÃO AS POTENCIALIDADES, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DO PPZIOH?	12
O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?	15
QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?	15
QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?	18
QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO E PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO?	20
QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?	25

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Oliveira do Hospital em Portugal e nos Concelhos Limítrofes, e do PPZIOH no concelho.	7
Figura 2. Localização da área do PP da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.	8
Figura 3. Ortofotomapa da área de intervenção do PPZIOH, Oliveira do Hospital fases de evolução.	8
Figura 4. Planta de Condicionantes Recursos Naturais IV do Plano Diretor Municipal.	9
Figura 5. Extrato da Planta de Condicionantes Infraestruturas do PDM.	10
Figura 6. Planta de Condicionantes.	10

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de Referência Estratégico para AAE do PPZIOH.	15
Tabela 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PPZIOH.	17
Tabela 3. Relação entre os FCD definidos, as questões estratégicas, os fatores ambientais e os documentos do QRE.	17
Tabela 4. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.	18
Tabela 5. Diretrizes de seguimento.	20
Tabela 6. Indicadores de controlo e Metas por FCD.	22

SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

ERAE - Entidades com Responsabilidades Ambientais Especificas

FA – Fatores Ambientais

FCD – Fatores Críticos de Decisão

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

PDM – Plano Diretor Municipal

PP – Plano de Pormenor

PPZIOH - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital

QE – Questões Estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

RFC – Relatório de Fatores Críticos

ZIOH – Zona Industrial de Oliveira do Hospital

EQUIPA TÉCNICA

Identificação da equipa técnica responsável pela elaboração da AAE

A equipa técnica que elaborou o AAE é constituída por:

Técnico	Função	Formação
Joana Valente	Coordenação	Licenciada em Engenharia do Ambiente Mestre em Poluição Atmosférica Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente
Carla Santos	Técnica	Licenciada em Planeamento Regional e Urbano
Lin Xumiao	Técnica	Mestre em Engenharia do Ambiente

O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento que acompanha o **Relatório Ambiental** (RA) da **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE). O RNT sintetiza, em linguagem corrente, as principais informações que se encontram no RA. Isto no sentido de simplificar a **participação pública** relativamente aos planos e programas sujeitos a AAE.

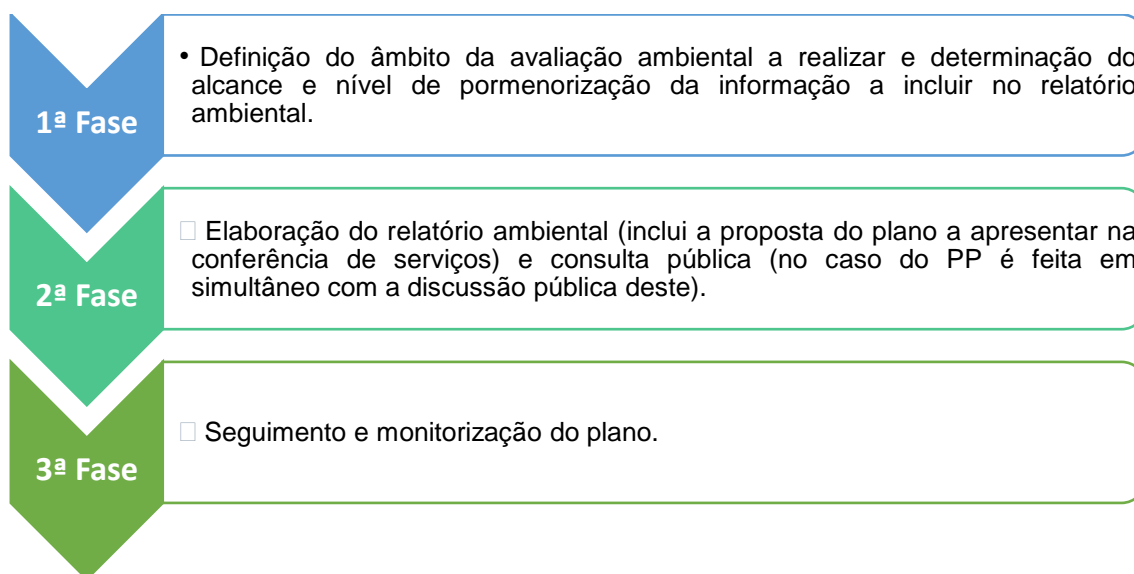
O presente documento constitui o RNT do processo de AAE da proposta da 2ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

De forma geral, a AAE tem como principais objetivos estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Uma AAE integra as seguintes fases:



O processo desta AAE, reporta-se essencialmente, à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O Plano Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital (PPZIOH) diz respeito à área de ampliação do PP da zona industrial localizada no concelho de Oliveira do Hospital, mais especificamente, na União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

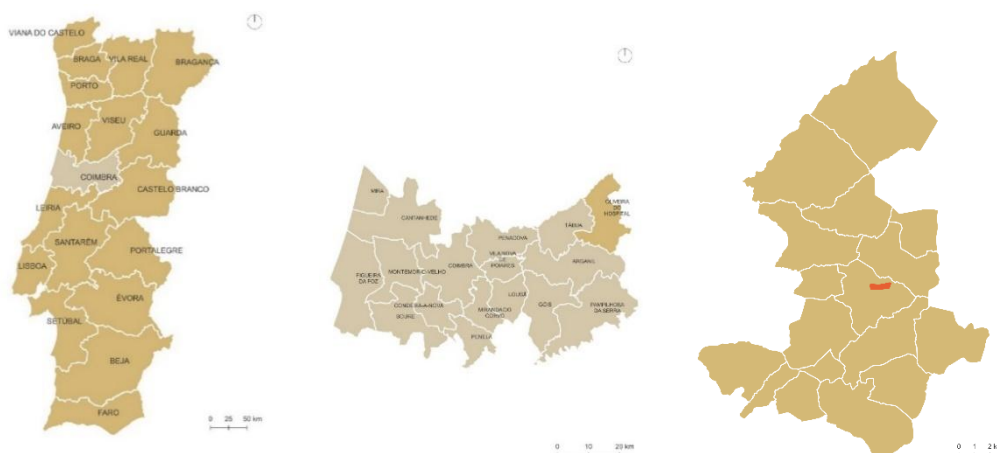
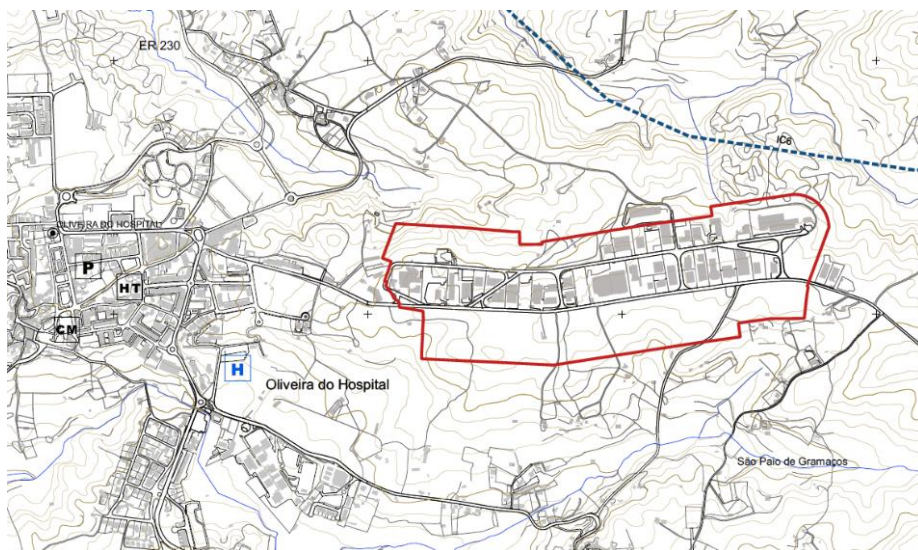


Figura 1. Localização de Oliveira do Hospital em Portugal e nos Concelhos Limítrofes, e do PPZIOH no concelho.

A área de intervenção, localizada a nascente da cidade de Oliveira do Hospital, próxima do centro, tem aproximadamente 52,35 ha, dos quais 18,00 ha correspondem a área a ampliar. Encontra-se parcialmente infraestruturada, de acordo com o primeiro PPZIOH e 1ª alteração do



mesmo.

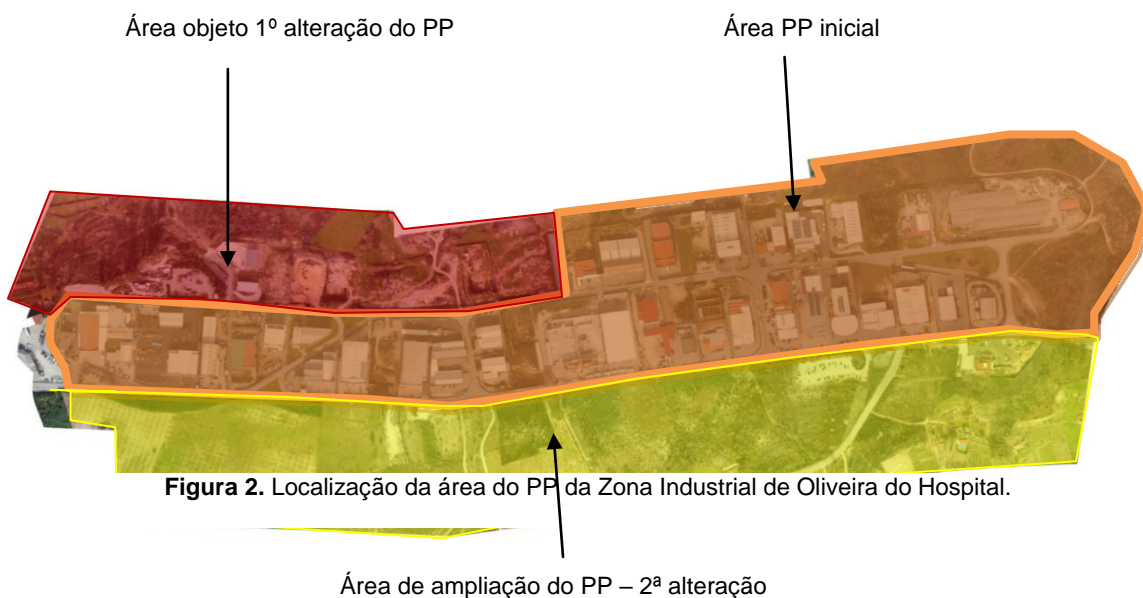


Figura 2. Localização da área do PP da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

Figura 3. Ortofotomapa da área de intervenção do PPZIOH, Oliveira do Hospital | fases de evolução.

No âmbito do PP foi elaborada a Planta de Condicionantes, onde estão representadas as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública com incidência na sua área de intervenção.

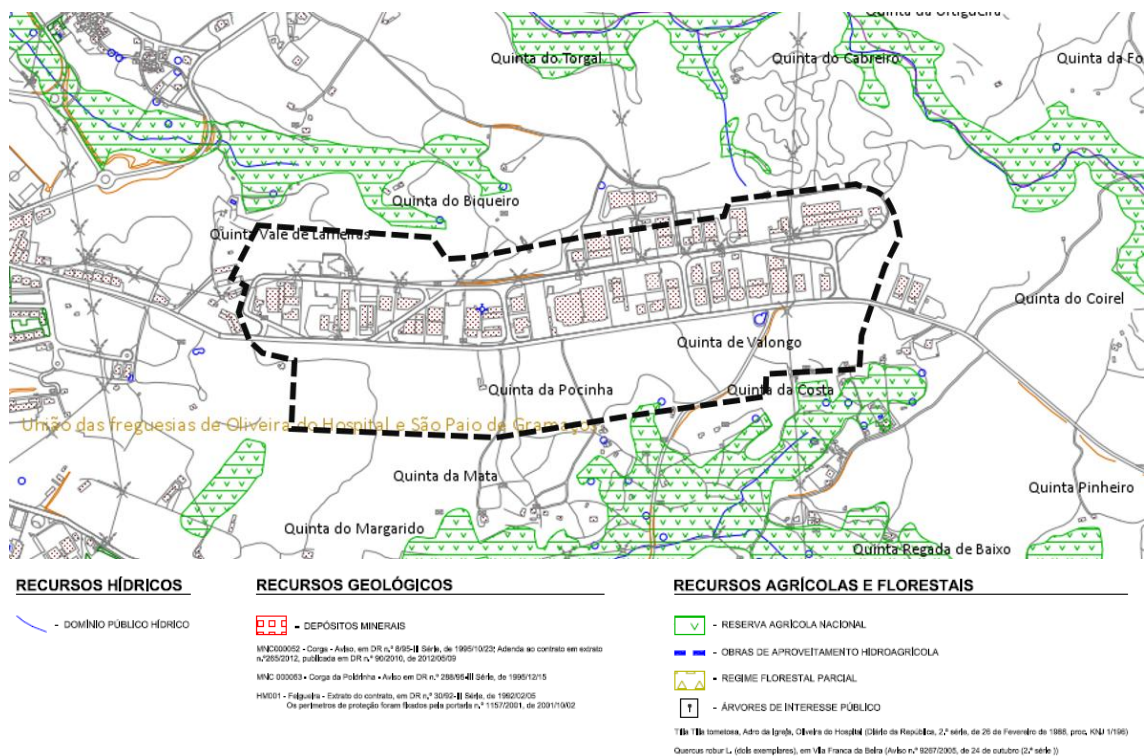
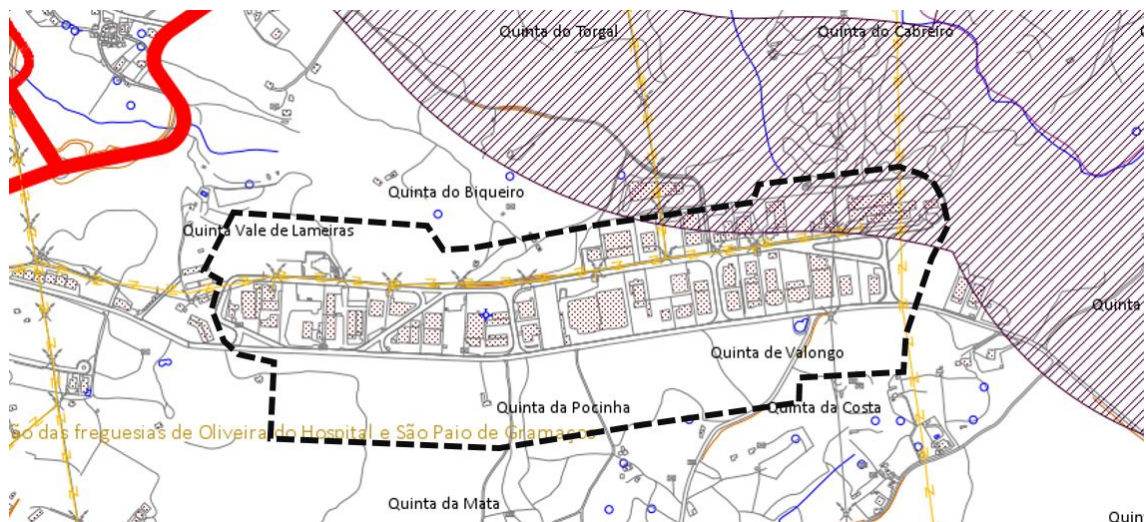


Figura 4. Planta de Condicionantes Recursos Naturais IV do Plano Diretor Municipal.

FONTE: PDM, 2014



INFRAESTRUTURAS



Figura 5. Extrato da Planta de Condicionantes Infraestruturas do PDM.

FONTE: PDM, 2014



LEGENDA



Figura 6. Planta de Condicionantes.

FONTE: Relatório do Plano, 2021

Na análise das condicionantes dentro da área do Plano, constata-se que existe uma pequena zona delimitada a nordeste, classificada como *non aedificandi*, correspondendo à faixa de proteção ao IC6.

No âmbito das infraestruturas, importa, referir que a área do PP da Zona Industrial de Oliveira do Hospital é atravessada por uma linha de alta e diversas de média tensão, da Rede Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, localizando-se, também dentro da área, um posto de transformação de serviço público, bem como uma estação elevatória.

A área do PP é, ainda, servida por rede de abastecimento de águas, existindo, localizado junto à principal via de acesso, um reservatório de água; é também servida, por rede de drenagem de águas residuais. É ainda de referir que existe uma conduta de abastecimento de água da AdVT, com uma faixa de proteção com 5 metros de largura, sendo que qualquer interferência/intervenção na faixa de proteção terá de ser submetida a parecer prévio da AdVT.

Em relação ao risco de incêndio, não existe a demarcação de áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos.

É ainda de salientar que, nos termos da Lei da água, a área do PP está integrada na Zona Protegida denominada por 'Área de influência da zona sensível da albufeira da Aguieira', classificada ao abrigo do Decreto-Lei n.º198/2008, 8 de setembro, de onde decorrem condicionantes ao nível do tratamento de águas residuais.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª REVISÃO DO PPZIOH?

A 2ª revisão do PPZIOH constitui uma oportunidade de consolidação da estratégia de desenvolvimento económico municipal, criando condições de potenciação ao empreendedorismo, à diversificação funcional, à competitividade e à inovação empresarial, capazes de atrair novos projetos de investimento orientados para a inovação e para a formação de mão-de-obra qualificada, bem como tirando partido e integrando na solução as infraestruturas e os equipamentos existentes, resultando em solo urbano coeso e multifuncional.

A 2ª revisão do PPZIOH visa a concretização dos seguintes **objetivos estratégicos (simplificados)**:

1. Integrar no Plano uma área a ampliar, compreendendo 18 ha;
2. Adequar as disposições do Plano decorrentes da entrada em vigor das leis referentes ao Ordenamento do território;

3. Ajustar à conjuntura económica e social e às dinâmicas urbanas daí resultantes, decorrentes da evolução das condições económicas e sociais que fundamentaram a necessidade de ampliação do PPZIOH;
4. Atualizar as disposições vinculativas dos particulares, contidas nos regulamentos e nas plantas que os representam;
5. Aperfeiçoar o Plano, revendo algumas regras que se apresentam inadequadas face às realidades empresariais atuais, de forma que o PP contribua para o desenvolvimento económico concelhio, de forma sustentável;
6. Programar uma nova área para a localização de atividades económicas devidamente articuladas com a ocupação existente e prevista;
7. Promover a valorização das áreas de multiusos existentes, garantindo um desenvolvimento urbanístico coerente e consequente;
8. Promover a fixação populacional, complementada pela criação de novas oportunidades de emprego qualificado no concelho, tirando partido da programação de novas áreas para atividades económicas e valorização das existentes;
9. Acautelar as condições de ocupação urbana apontando soluções técnicas para a salvaguarda de pessoas e bens materiais;
10. Promover condições de qualificação urbana, contígua à cidade, tirando partido do nível de infraestruturização existente;
11. Implementar uma estrutura verde que integre as áreas de estrutura ecológica municipal e os espaços verdes resultantes da futura ocupação urbana, assegurando a manutenção de uma continuidade de áreas não edificadas;
12. Assegurar condições de acessibilidade com vista a garantir uma correta articulação entre usos existentes e previstos, com vista a alcançar uma mobilidade mais efetiva, integrada e sustentável;
13. Preservar a qualidade do ambiente urbano através de soluções que conduzam à sustentabilidade da intervenção, fomentando uma utilização racional e integrada dos recursos, prevenir ou limitar os efeitos nocivos da poluição do ar e do ruído ambiente, promover a reciclagem e a valorização dos resíduos e a melhoria do quadro energético municipal.

QUAIS SÃO AS POTENCIALIDADES, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DO PPZIOH?

De seguir apresenta-se uma análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças), a partir das quais se podem consolidar e/ou delinear estratégias e medidas de intervenção do plano.

FATORES INTERNOS	FORÇAS		FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> - Excelente localização-proximidade da cidade de Oliveira do Hospital. - Fortalecimento da capacidade de afirmação da cidade de Oliveira do Hospital pela oferta de serviços face à proximidade, retirando assim partido das complementaridades funcionais entre estas - Zona Infraestrutura já existente - Possibilidade de desenvolvimento de atividades económicas, na continuidade e/ou associadas a unidades preexistentes - Disponibilidade de terrenos com aptidão para a utilização pretendida. - Proximidade à centralidade urbana de nível regional, as cidades de Viseu, Coimbra e Guarda. - Manutenção da identidade das estruturas económicas existentes, por reforço e valorização. - Previsão de nó de acesso ao IC6 localizado muito próximo e direto à zona industrial. - Forte empreendedorismo local, poder de iniciativa e resiliência demonstrados pelos agentes económicos frente às graves adversidades atravessadas nos últimos anos (crises económicas, incêndios de 2017, etc) 	<ul style="list-style-type: none"> - Alguma distância aos principais itinerários principais - Prevista a construção do IC 6, mas ainda não foi concretizado, o que torna a acessibilidade à A25 e ao IP3 mais demorada. 	
FATORES EXTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento e integração nos objetivos de vários instrumentos de gestão territorial para o desenvolvimento da região. - Fixar e atrair investimento económico estruturante para o desenvolvimento local. - Reordenar o tecido produtivo municipal e regional e dar destaque e especialização à Região. - Aproveitar e requalificar as estruturas existentes. - Tirar partido das acessibilidades regionais como elos de ligação rápida para construção de sinergias tecnológicas entre as Universidades (Viseu/ Coimbra/Guarda). - Contrariar a interioridade e pensar a área do PPZIOH, como polo diferenciador e centro de atratividade, para fixar indústria, serviços e tecnologia. 		
	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS

O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

Da análise realizada, resultam os seguintes FCD que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;
- Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas;
- Riscos Naturais e Tecnológicos.

QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, as componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação do plano foram os seguintes:

1. Questões estratégicas (QE) da proposta de revisão do Plano de Pormenor da ZIOH:

QE 1: coesão e afirmação territorial

QE 2: atratividade e inovação económica

QE 3: qualificação e regeneração urbana

QE 4: sustentabilidade ambiental

2. Instrumentos de referência estratégica (estratégias, planos, políticas e programas):

Tabela 1. Quadro de Referência Estratégico para AAE do PPZIOH.

Instrumento de referência Nacional	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Agenda2030
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB2030

2030	
Plano Nacional Energia e Clima 2030	PNEC 2030
Política Climática Nacional	QEPiC
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	ENAAC2020
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P-3AC
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2020	PENSAAR2020
Plano Estratégico para os Recursos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)	PERSU 2020+
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+	PETI3+
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR2020
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Rodoviário Nacional	PRN2020
Instrumentos de referência Regional e Municipal	Acrónimo
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF CL
Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT C
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis	PGRH RH4
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região Coimbra	PIAAC–CIM-RC
Programa Operacional Centro 2020	CENTRO2020
Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente	RIS3
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil	PMEPC
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PMDFCI

3. Fatores ambientais (de acordo com o estipulado pela legislação):

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do plano de pormenor em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos seguintes fatores ambientais.

Tabela 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PPZIOH.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	X
Fauna	X
Flora	X
Património Cultural	X
Atmosfera	√
Água	√
Solo	√
Fatores Climáticos	√
Paisagem	√
Bens Materiais	√
População	√
Saúde Humana	√

Na tabela seguinte apresenta-se o alinhamento entre os FCD definidos, as questões estratégicas do Plano, os FA e os documentos do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**. Sem prejuízo da existência de demais relações, apresentaram-se aquelas com maior alinhamento.

Tabela 3. Relação entre os FCD definidos, as questões estratégicas, os fatores ambientais e os documentos do QRE.

FCD	Objetivo	QE	FA	QRE
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade intra-concelhia, assim com avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, e na promoção do emprego	QE1; QE2; QE3	população; solo; bens materiais;	PNPOT; PETI3+; PRN; RNC; PDR2020; PROF- CL; Agenda2030; PNEC2030; CENTRO2020; RIS3
Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	Avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo, assim como	QE4; QE3	população; saúde humana; solo; água; atmosfera; fatores climáticos; paisagem	ENDS; PNEC2030; PNUEA; PENSAAR2020; PERSU2020+; ENAR2020; RNC;

	para as questões relacionadas com as alterações climáticas.			ENAAC2020; QePIC; PNA; Agenda2030; ENCNB2030; PGRH; PIAAC; CENTRO2020; RIS3
Riscos Naturais e Tecnológicos	Permite avaliar o contributo do Plano para a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos que ocorrem no território concelhio.	QE3; QE4;	população; saúde humana; água; atmosfera; fatores climáticos; bens materiais	PNPOT; PNEC2030; RNC; PAEC; ENAAC; PNAEE; PMDFCI; PIAAC; PMEPC

QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Tabela 4. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.

FCD	Crítérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional		➔	↗
	Ordenamento do Território		➔	↗
	Ambiente Urbano		➔	↗
Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	Resíduos		➔	↗
	Água		➔	➔
	Ruído		➔	➔
	Ar		➔	➔

	Energia		→	→
Riscos Ambientais	Incêndio		→	→
	Acidentes Industriais		→	→
	Inundação		→	→
Situação Existente (distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	Afastada dos objetivos desejáveis	Próxima dos objetivos desejáveis	
Tendências de evolução	↘	→	↗	
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva	
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas	

- Relativamente aos critérios “Competitividade e Desenvolvimento Regional”, “Ordenamento do Território” e “Ambiente Urbano” considera-se que a existência de plano é claramente uma mais-valia contribuindo para uma tendência de evolução positiva, quando comparada à tendência de evolução sem plano. A instalação de unidade industriais em áreas de acolhimento empresarial são claramente positivas relativamente aos indicadores analisados, criando condições, infraestruturas e potenciando as sinergias entre as unidades empresariais.
- No que diz respeito à qualidade ambiental e alterações Climáticas, não se esperaram melhorias ambientais resultantes da instalação de unidades industriais numa determinada zona. Contudo, a sua instalação numa área de acolhimento empresarial devidamente infra-estruturada tem potenciais vantagens face à sua instalação dispersa pelo território, assumindo que existe o cumprimento legal por todos os envolvidos e o seguimento das diretrizes de recomendação.
- Quanto ao FCD “Riscos Naturais e Tecnológicos”, apesar da zona industrial se situar numa área com perigo de incendio moderado, a existência de meios de prevenção e defesa articulados, permitem minimizar o risco existente. Ademais, a instalação de uma unidade autónoma de gaseificação (já prevista e em cujo processo de instalação está a ser instruído) aumenta o risco de acidentes industriais, nomeadamente o risco de

explosão, decorrente do risco de rotura total ou parcial dos reservatórios e tubagens. Por fim, apesar de não haver registos de inundações na área da ZIOH, o aumento da impermeabilização do solo é um fator que pode conduzir a situações desta natureza (inundação, erosão e sedimentação) a jusante nos pontos de descarga da rede pluvial em situações de caudal de ponta.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade da área do Plano e conseqüentemente para o concelho de Oliveira do Hospital.

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO E PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO?

Considerando as oportunidades e riscos identificados na seção anterior, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas a cada um dos FCD:

Tabela 5. Diretrizes de seguimento.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e	<ul style="list-style-type: none">• Monitorizar a instalação de atividades económicas e do número de empregos criados, de forma a poder verificar as suas tendências e eventuais necessidades de adaptação do(s) espaço(s) de acolhimento empresarial.• Avaliar os investimentos previstos e antever, em conjunto com os agentes interessados, as necessidades de formação de mão-de-obra qualificada.• Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente, através da captação e fixação de novos investimentos geradores de emprego qualificado e através de políticas municipais de apoio à família.

- Promover que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais.
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água, no que diz respeito ao uso industrial e ao uso urbano.
- Implementar de boas práticas ambientais (com base em conceitos de economia circular e sustentabilidade ambiental), quer na fase de construção, quer na fase de exploração e desativação, por parte das indústrias que a proposta do PP prevê, nos domínios da água, do saneamento, da recolha de resíduos, do consumo energético e das emissões atmosféricas.
- Instalar caixas de visita em todos os ramais das águas pluviais fora da área privada da empresa, para permitir visita e amostragem sem aviso.
- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.
- Promover, a nível dos projetos de novos edifícios e de tratamento de espaço público, o aproveitamento de águas pluviais ou outras origens de água para fins qualitativamente menos exigentes na rega de jardins e lavagem de outros espaços públicos;
- Dependendo da tipologia de empresas a instalar, poderá ser tido em consideração um programa de monitorização da emissão de poluentes para a atmosfera.
- Promover a responsabilidade ambiental das empresas a instalar, fomentando a adoção de sistemas de gestão ambiental.
- Recomenda-se a elaboração de um plano de gestão e monitorização ambiental do parque empresarial, como ferramenta de apoio à gestão;
- Fomentar o recurso a energias renováveis e promover processos de eficiência energética nos projetos dos novos edifícios e em intervenções no espaço público
- Efetuar a avaliação do cumprimento do Regulamento Geral do Ruído na envolvente da área do plano em sede de Estudo de Impacte Ambiental do projeto.
- Recomenda-se que em sede de estudo de impacte Ambiental, particular atenção seja dada à qualidade das águas superficiais, e aos potenciais impactes dos efluentes líquidos gerados, em particular o seu impacte cumulativo com a situação existente.
- Recomenda-se a criação de um Regulamento da Zona Industrial, onde possam ser elencadas obrigações ambientais das empresas instaladas, obrigando a um padrão elevado de preocupação ambiental por parte das empresas.
- Recomenda-se que em sede de Estudo de Impacte Ambiental se defina um plano de monitorização da qualidade da água pluvial, de modo a garantir a não contaminação da massa de água recetora das águas pluviais.

Risco Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de piso drenante nas áreas impermeabilizadas do Plano (quando tecnicamente possível); • Promover a utilização de soluções construtivas que privilegiem a reutilização de águas (pluviais, cinzentas, ...). • Vigilância periódica do funcionamento da rede de drenagem de águas pluviais; • Elaboração de um Plano de Emergência específico para a área de intervenção no PPZIOH; • Realização de exercícios organizados em conjunto com os agentes responsáveis pela gestão de risco e os bombeiros; • Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio; • Inspeções regulares dos meios de proteção contra explosões, incluindo: vias de evacuação, meios de combate a incêndios, meios de deteção de incêndios, meios de deteção de atmosferas explosivas, selagens das tubagens elétricas; • Garantir a manutenção da Faixa de Gestão de Combustível no polígono da ZI. • Garantir que os lotes abrangidos pelas zonas de perigosidade da nova UAG não sejam ocupados por atividades que impliquem elevada concentração de pessoas ou a concentração de pessoas com mobilidade reduzida, durante o período de vida útil do estabelecimento. • Garantir que na zona envolvente ao plano abrangida pelas zonas de perigosidade da nova UAG não se instalem atividades que impliquem elevada concentração de pessoas ou a concentração de pessoas com mobilidade reduzida (zonas habitacionais, empreendimentos turísticos e locais que recebam o público, com elevada concentração de pessoas ou com pessoas com mobilidade reduzida.), durante o período de vida útil do estabelecimento.
--------------------------------------	--

No que diz respeito ao acompanhamento consideram-se relevantes os seguintes indicadores:

Tabela 6. Indicadores de controlo e Metas por FCD

Indicador	Unidade	Valor base	Fonte	Meta	Periodicidade de monitorização
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade					
Lotes ocupados	nº	40	MOH	50 (2027)	anual
Novos postos de trabalho	nº	0	MOH	70 (2027)	anual

criados na área do PP					
Taxa de concretização da infraestruturação do Plano (2ª revisão)	%	0	MOH	100% (2025)	anual
Taxa de concretização da pista ciclável	%	0	MOH	100% - 0,17ha (2025)	anual
Taxa de concretização de estacionamento público	%	0	MOH	100% (2025)	anual
Nº de empresas realocadas para a ZIOH	nº	0	MOH	3 (2027)	anual
Qualidade Ambiental e alterações climáticas					
% de resíduos urbanos gerados encaminhados para reciclagem	%	7 (2019)	MOH e Planalto Beirão	20% (2027)	anual
nº de recolha/análises no ponto de entrega das águas pluviais	nº	0	MOH	2/ano (2023)	anual

nº de recolha/análises no ponto de entrega das águas residuais	nº	0	MOH	2/ano (2023)	anual
Consumo de água pluvial usada na rega de espaços verdes da ZIOH	%	0	MOH	20% (2023)	anual
Nº de reclamações de ruído apresentadas pelos Municípios (relativas à ZIOH)	nº	0	MOH	0	anual
Riscos Naturais e Tecnológicos					
Ocorrência de incêndios	nº	0	MOH	0	anual
Ocorrência de acidentes industriais	nº	0	MOH	0	anual
Ocorrência de cheias/inundações	nº	0	MOH	0	anual
Exercícios organizados em conjunto com os agentes responsáveis pela gestão de risco e os bombeiros;	nº	0	MOH	1/ano (2023)	anual

Nº de ações de formação sobre os planos de emergência e segurança na área do PP	nº	0	MOH	1/ano	anual
Existência de mecanismos de prevenção e minimização do nº de incêndios e/ou explosões na área do PP	nº	1 (rede de combate a incêndios)	MOH	aumentar	anual

QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?

A proposta do PPZIOH desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.


De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade da área do Plano e conseqüentemente para o concelho de Oliveira do Hospital.

De referir, que nos termos do atual Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, o projeto da Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital está sujeito a Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, que está atualmente em execução. Recomenda-se que, no Estudo de Impacte Ambiental, particular atenção seja dada à capacidade de tratamento da unidade de tratamento dos efluentes líquidos produzidos na ZIOH.

lugar do plano

gestão do território e cultura, lda

 Avenida Araújo e Silva, 52
3810-048 Aveiro

 +351 234 426 985
+351 962 054 106

 lugardoplano@lugardoplano.pt

 www.lugardoplano.pt